

No Congresso, a chave do sucesso. Ou do fracasso.

JORNAL DA TARDE 12 JAN 1990

Quando lê nos jornais que o presidente eleito, Fernando Collor, pretende conduzir uma gestão privatizante, o ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, diz que tem vontade de bater palmas. "Mas lembro logo que o Congresso brasileiro é estatizante", explica. Este detalhe, somado aos poderes adquiridos pelo Parlamento com a nova Constituição, levam Cardoso Alves a prever um governo "tumultuado e difícil para Collor".

De fato, a receita do sucesso para os primeiros dias do governo Collor dependerá exclusivamente do comportamento do Congresso. Políticos como o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, imaginam que, se Luís Inácio Lula da Silva fosse o presidente, a posse dele seria uma festa com um mínimo de 40 mil militantes aplaudindo-o na subida da rampa do Palácio do Planalto. No mesmo dia, Lula enviaria ao Congresso um pacote de medidas provisórias, exigiria que fossem aprovadas na hora. "E elas seriam", concorda o Ministro Cardoso Alves.

"Nós temos que encontrar uma fórmula para garantir ao presidente Collor pelo menos o respaldo inicial do Congresso", se preocupa Simon. "Será um erro apostar no fracasso dele, porque isso será contra o País", completa. O que preocupa Simon e cardeais do PMDB, como o vice-presidente, Jarbas Vasconcellos, e o Deputado Ulysses Guimarães, é a falta de iniciativa do novo presidente no setor político. Segundo analisam, Collor se comporta como se o fato de ter ganho a eleição por si só obrigasse o Congresso a dizer amém a tudo que quiser fazer.

O Parlamento brasileiro sempre foi um foco de rebeldia. O poderoso general Ernesto Geisel teve de fechar o Congresso para impor ao País a reforma do Judiciário, uma decisão que não mexia com o bolso do contribuinte, com o cofre das empresas nem com o emprego de funcionários públicos. O presidente João Figueiredo amargou a derrota do Decreto-Lei 2045, que tornava semestral o reajuste dos salários, num Congresso cujo partido majoritário era o dele, o PDS.

O presidente José Sarney conhece a área e soube trabalhar com o Congresso. Aprovou quase tudo o que quis, até mesmo a extensão do seu mandato. "Mas às vezes o presidente tinha que falar, num mesmo dia, com até 60 parlamentares, pedindo o voto, implorando apoio", conta Simon, que foi ministro da Agricultura de Sarney.

O comportamento de Collor não aponta no mesmo sentido. Ele foi eleito em 17 de dezembro, saiu de férias e ao que se sabe, até agora, não falou com nenhum peso-pesado da política brasileira. É evidente que existem diferenças entre Collor e Sarney. O novo presidente tem os votos que Sarney não tinha. Mas Sarney conhecia o caminho das pedras. Aprovou três planos de congelamento de preços. O Cruzado, o Bresser e o Verão. Mas teve dificuldades para extinguir ministérios e órgãos públicos.

Os exemplos das dificuldades são ricos e múltiplos. O presidente Sarney acabou com o Banco Nacional da Habitação (BNH), com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e com o Ministério da Ciência e da Tecnologia. Os funcionários do extinto BNH continuam todos empregados no governo, na Caixa Econômica Federal. A EBTU continua existindo e o ministério foi recriado. Tudo graças à "sensibilidade" do Congresso aos lobbies da sociedade organizada.

A dificuldade do novo presidente, apontada por Roberto Cardoso Alves, é que ele se elegeu com os votos da elite e do povo. "No dia da posse dele, não vai ter festa nem visitantes gritando na rampa, e as medidas que mandar ao Congresso não serão examinadas no primeiro dia", prevê, acrescentando que é possível que os lobbies que votaram contra Collor, no primeiro e segundo turno, estarão ativos no Congresso. No final de dezembro num encontro ocasional no salão Verde da Câmara o ex-líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), perguntou intrigado ao deputado Francisco Dornelles como era possível imaginar a fusão, num só ministério, das Pastas das Minas e Energia, Comunicações e Transportes. "São três ministérios enormes e poderosos", observou. Dornelles concordou e, rindo, rebateu: "Vai ver, no final ele acaba criando ao invés de extinguir ministérios".

Os políticos lembram que faz parte dos usos e costumes do País a influência do Parlamento nos gabinetes ministeriais. Os cargos importantes sempre são preenchidos politicamente com o apadrinhamento de deputados, senadores e governadores. Como o Congresso tem que aprovar a criação ou extinção de ministérios, o raciocínio de Lourenço é simples: "Sem conversar aqui na Casa (Congresso) o presidente não vai governar".

Ariosto Teixeira